

a década

emprego público
em números

1996 - 2005



OBSEP
Dezembro 2009



NOTA INTRODUTÓRIA

Inserida nos objectivos do Observatório do Emprego Público (OBSEP) da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) de divulgação de informação estatística sobre o emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, a presente publicação - *A Década: emprego público em números* - pretende dar a conhecer a evolução de alguns indicadores de emprego na administração pública, tendo por referência a década **1996 - 2005**.

Na construção de séries cronológicas actualizadas, utilizaram-se dados estatísticos divulgados em anteriores publicações deste departamento e, para dados anteriores à criação institucional do Observatório, informação disponibilizada pela DGAEP, na sequência dos Inquéritos aos Recursos Humanos da Função Pública, dos Recenseamentos Gerais da Função Pública de 1996 e 1999 e da BDAP/2005.

A referência a dados anteriores a 1996 resulta da necessidade de comparar a evolução de uma qualquer variável ocorrida na década de **1996-2005** com o comportamento dessa mesma variável, na década anterior (1986-1996), com base nos dados e anos disponíveis nesse período.

A partir de 2005, os dados e indicadores estatísticos do emprego público constam dos Boletins do Observatório do Emprego Público (BOEPs), tendo como uma das principais fontes o Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE) gerido pela DGAEP. É ainda intenção da DGAEP continuar a promover a divulgação de estudos com base em séries cronológicas de dados sobre o emprego público, designadamente de caracterização da década seguinte.

A fim de proporcionar uma visão comparada e tanto quanto possível integrada do emprego público, são apresentadas séries cronológicas que traduzem a evolução registada de indicadores relativos à inserção do emprego público nas estatísticas do mercado de trabalho e na economia portuguesa, bem como contextualizados alguns indicadores relativamente a países membros da OCDE e da União Europeia.

No final desta publicação é disponibilizado um conjunto de Notas Técnicas sobre as fontes, metodologia e classificações utilizadas, remetendo-se, no que respeita aos conceitos, para o *Glossário de termos estatísticos em uso nas publicações do OBSEP*, disponível na página electrónica da DGAEP (www.dgaep.gov.pt).

A Década, o Emprego Público em Números

Editor: Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, Ministério das Finanças e da Administração Pública

Coordenação e realização: Maria Fernanda Teixeira **Realização:** Carlos Carinhas, Joana Pinto e Irina Marques

Concepção e arranjo gráfico: Elsa Ho

Av. 24 de Julho, 80 a 80J - 1249-084 Lisboa • www.dgaep.gov.pt • Tel.: 21 391 53 00 • Fax: 21 390 01 48



ÍNDICE GERAL

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	4
1. O emprego público no mercado de trabalho e na economia: indicadores globais.....	5
2. Níveis de descentralização	8
3. Indicadores de género e etários	9
4. Emprego na administração central por grandes áreas funcionais	11
5. Estrutura profissional na administração central	13
6. Estrutura habilitacional na administração central	15
7. Administração autárquica.....	16
8. Notas técnicas	18



ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AC - Administração Central
AL - Administração Local
AP - Administração Pública
AE - Área do Euro
BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública, de 2005
BEIS - Básicas, Económicas, Infraestruturais, Socioculturais (Funções)
CE - Comissão Europeia
DGAP - Direcção-Geral da Administração Pública
DGAEP - Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais
DGEFAP - Direcção-Geral do Emprego e Formação da Administração Pública
Eurostat - Departamento de Estatística da União Europeia, integrado na Comissão Europeia
INE, IP - Instituto Nacional de Estatística, Instituto Público
IRHFP - Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública (1986/1991)
LVCR - Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)
MFAP - Ministério das Finanças e da Administração Pública
OBSEP - Observatório do Emprego Público
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB - Produto Interno Bruto
p.p. - pontos percentuais
RAA - Região Autónoma dos Açores
RAM - Região Autónoma da Madeira
RGFP - Recenseamento Geral da Função Pública (1996 e 1999)
RHRAM - Recursos Humanos na Administração Regional Autónoma e na Administração Local da Madeira (1996)
SIOE - Sistema de Informação de Organização do Estado
UE - União Europeia

Países da União Europeia (UE):

UE 15: AT - Áustria; BE - Bélgica; DE - Alemanha; DK - Dinamarca; GR - Grécia; FI - Finlândia; FR - França; IE - Irlanda; IT - Itália; LU - Luxemburgo; NL - Holanda; PT - Portugal; SE - Suécia; SP - Espanha; UK - Reino Unido.

UE 25: UE 15; CY - Chipre; CZ - República Checa; EE - Estónia; HU - Hungria; LT - Lituânia; LV - Letónia; MT - Malta; PL - Polónia; SI - Eslovénia; SK - Eslováquia.

UE 27: UE 25; BG - Bulgária; RO - Roménia.

(Fonte de códigos para a representação dos nomes dos países: Norma internacional ISO 3166-1)



1. O emprego público no mercado de trabalho e na economia: indicadores globais

Quadro 1.1 Emprego na administração pública portuguesa: indicadores globais

Unidade: postos de trabalho

Nível de Administração	Unid.	1986 (*)	1988 (*)	1991 (*)	1996	1999	2005
Administração central (AC)	n.º	384 448	405 034	418 868	500 535	566 548	578 407
Administração regional e local (AL)	n.º	79 873	80 334	90 864	138 509	149 870	169 473
Administração pública (AP) total	n.º	464 321	485 368	509 732	639 044	716 418	747 880
<i>Outros indicadores:</i>							
Peso do emprego na AC na população activa	%	8,5	8,7	8,6	10,5	11,0	10,4
Peso do emprego na AP na população activa	%	10,2	10,4	10,5	13,3	13,9	13,5
Emprego na AC por 1000 habitantes	n.º	38,3	40,4	42,0	49,7	55,6	54,7
Emprego na AP por 1000 habitantes	n.º	46,3	48,5	51,2	63,4	70,3	70,8

Notas: Dados de emprego incluindo prestações de serviços. (*) Até 1991 estimativas a partir de Inquéritos, não incluindo pessoal militar e militarizado, nem emprego nas Regiões Autónomas (ver Notas Técnicas).

Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; IRHFP/91; Amorim (1997); RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Quadro 1.2 Variação do emprego na administração pública portuguesa

Unidade: postos de trabalho

	1986-1996 (*)			1996-2005		
	(10 Anos)	1986-1991	1991-1996	(9 Anos)	1996-1999	1999-2005
		(5 Anos)	(5 Anos)		(3 Anos)	(6 Anos)
Crescimento no período (N.º):						
Administração central (AC)	38 486	34 420	4 066	77 872	66 013	11 859
Administração regional e local (AL)	25 787	10 991	14 796	30 964	11 361	19 603
Administração pública (AP) total	64 273	45 411	18 862	108 836	77 374	31 462
Crescimento médio anual (N.º):						
Administração central (AC)	3 849	6 884	813	8 652	22 004	1 977
Administração regional e local (AL)	2 579	2 198	2 959	3 440	3 787	3 267
Administração pública (AP) total	6 427	9 082	3 772	12 093	25 791	5 244
Taxa de crescimento no período (%):						
Administração central (AC)	10,0	9,0	1,0	15,6	13,2	2,1
Administração regional e local (AL)	32,3	13,8	16,3	22,4	8,2	13,1
Administração pública (AP) total	13,8	9,8	3,7	17,0	12,1	4,4
Taxa média de crescimento anual (%):						
Administração central (AC)	1,0	1,7	0,2	1,6	4,2	0,3
Administração regional e local (AL)	2,8	2,6	3,1	2,3	2,7	2,1
Administração pública (AP) total	1,3	1,9	0,7	1,8	3,9	0,7

Notas: Dados de emprego incluindo prestações de serviços. (*) 1986-1996: não incluindo pessoal militar e militarizado, nem emprego nas Regiões Autónomas (ver Notas Técnicas).

Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; IRHFP/91; Amorim (1997); RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Na década de 1996-2005, o emprego na administração central registou uma taxa média de crescimento anual de 1,6%, sendo notório, nos três primeiros anos deste período, o efeito da aplicação do Decreto-Lei nº 81-A/96, o qual, revestindo natureza excepcional, procedeu à reavaliação das situações irregulares, no âmbito da vinculação precária. Nos últimos seis anos da década, retomou-se a tendência de desaceleração que já caracterizara o ritmo de crescimento do emprego civil, na década anterior.

Tal evolução teve reflexos paralelos no peso do emprego público na população activa em Portugal (Gráfico 1.2), situando-se este rácio, ao longo da década de 1995-2005, abaixo do valor médio registado nos países da OCDE (Gráfico 1.3).



Gráfico 1.1 Emprego na administração pública portuguesa, de 1986 a 2005

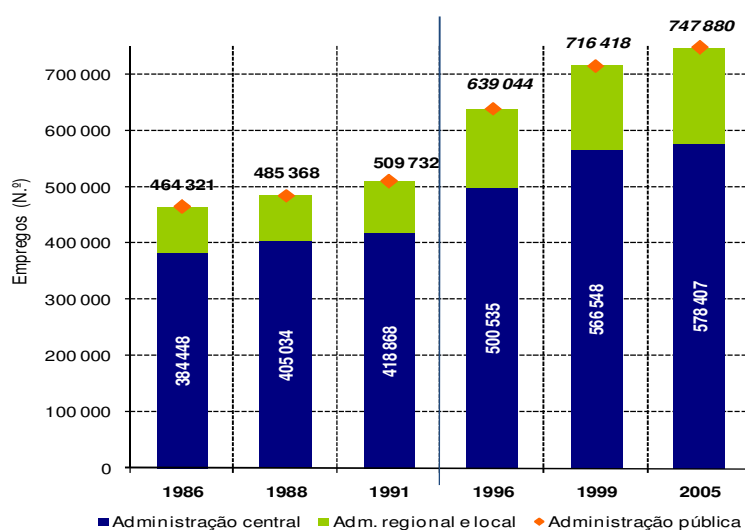
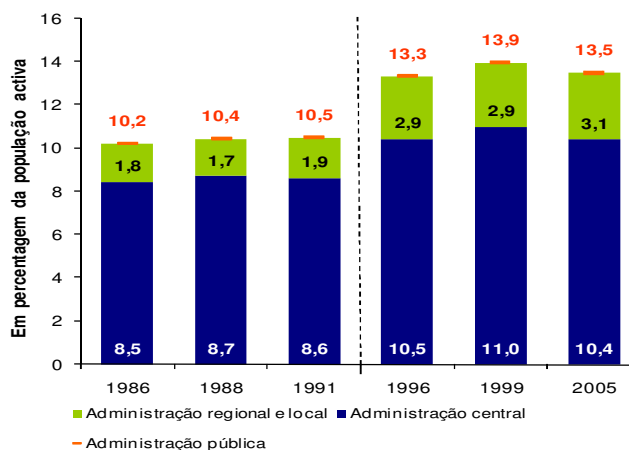


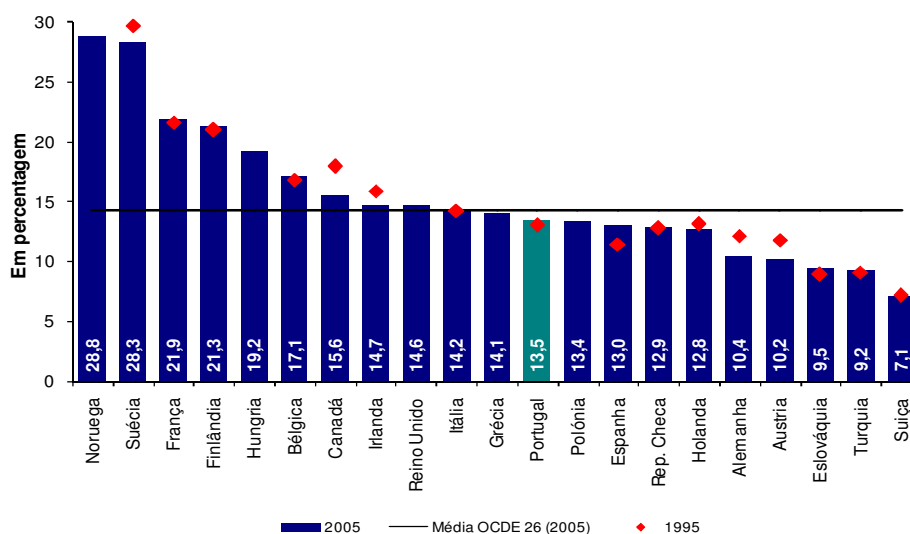
Gráfico 1.2 Percentagem do emprego público (AP) na população activa, em Portugal



Notas: Dados de emprego incluindo prestações de serviços. Até 1991 estimativas a partir de Inquéritos, não incluindo pessoal militar e militarizado, nem emprego nas Regiões Autónomas (ver Notas Técnicas).

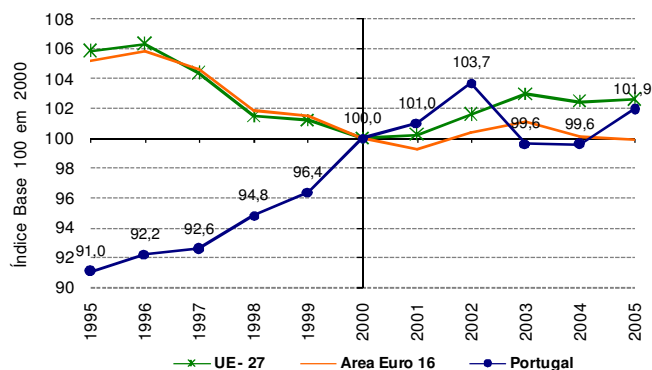
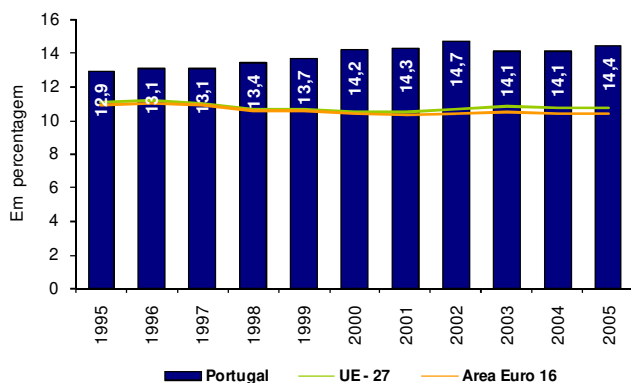
Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; IRHFP/91; Amorim (1997); RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Gráfico 1.3 Percentagem do emprego público (AP) na população activa em países da OCDE, 1995 e 2005



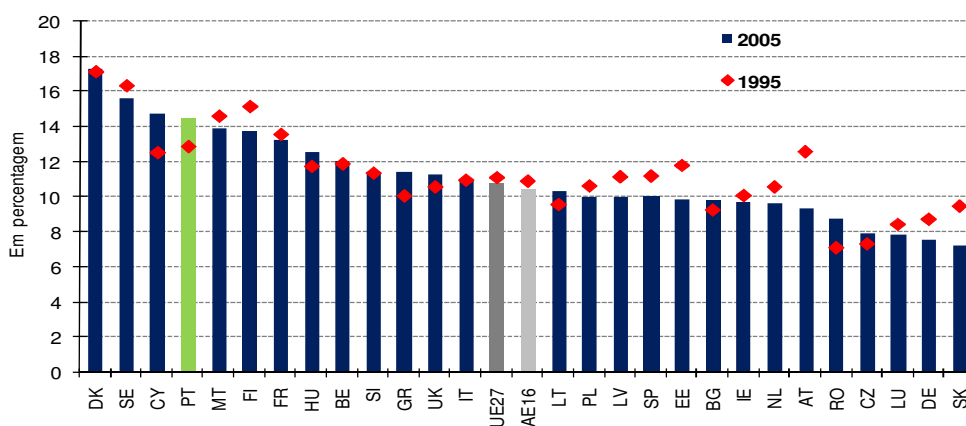
Fonte: OCDE (2009)

Gráficos 1.4 e 1.5 Despesas com pessoal da AP em percentagem do PIB em Portugal e na UE (2000 = 100)



Fontes: Contas nacionais Eurostat e INE

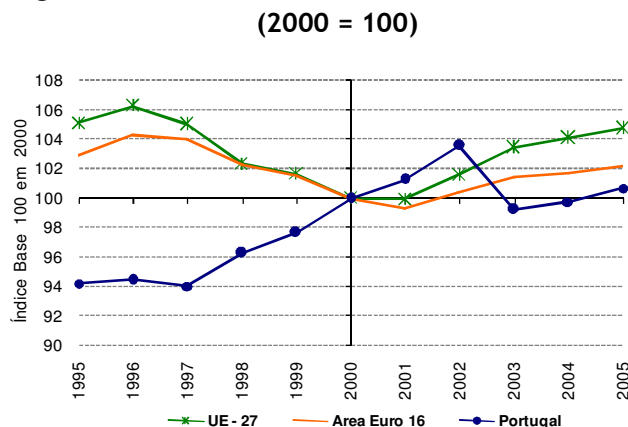
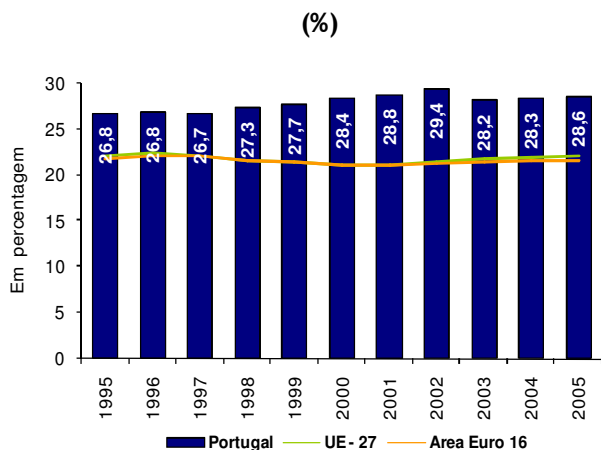
Gráfico 1.6 Comparação das despesas com pessoal das administrações públicas em percentagem do PIB nos países da UE, 1995 e 2005



Fontes: Contas nacionais Eurostat

As despesas com pessoal em percentagem do PIB nominal registaram, em 2005 face a 1995, um aumento de 1,5 pontos percentuais, mantendo a posição de Portugal no conjunto de países com este indicador acima da média da União Europeia (Gráficos 1.4 a 1.6). Da mesma forma, o rácio das despesas com pessoal da administração pública nas remunerações do total da economia demonstrou um andamento análogo (mais 1,8 p.p. em 2005 face a 1995), registando no entanto, a partir de 2003, uma evolução indiciária (índice 100 = 2000) abaixo da média dos países da UE (Gráficos 1.7 e 1.8).

Gráficos 1.7 e 1.8 Despesas com pessoal da AP em percentagem das remunerações do total da economia em Portugal e na UE (2000 = 100)



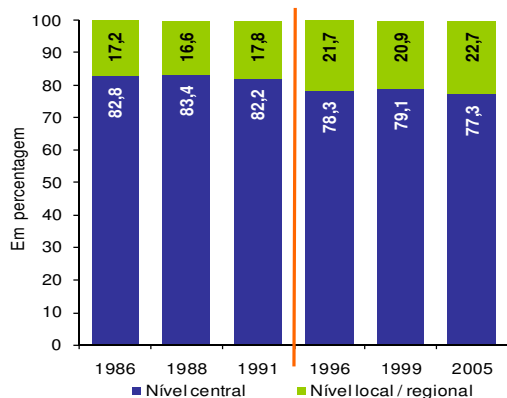
Fontes: Contas nacionais Eurostat e INE



2. Níveis de descentralização

Embora mantendo uma das mais elevadas percentagens de trabalhadores geridos a nível nacional no conjunto das administrações da OCDE (Gráficos 2.2 e 2.3), os ritmos de crescimento do emprego nas administrações sub-nacionais, regional e local (em evidência no Quadro 1.2), denotam um reforço da descentralização da administração pública portuguesa: 21,7%, em 1996, contra 22,7%, em 2005 (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 Estrutura do emprego público por níveis de administração em Portugal



Notas: Dados de emprego incluindo prestações de serviços. Até 1991 estimativas a partir de Inquéritos, não incluindo pessoal militar e militarizado, nem emprego nas Regiões Autónomas (ver Notas Técnicas).

Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; IRHFP/91; Amorim (1997); RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Quadro 2.1 Emprego público por níveis de administração em Portugal, 1996, 1999 e 2005

Unidade: postos de trabalho

	1996	1999	2005
Administração pública:	639 044	716 418	747 880
Administração central	500 535	566 548	578 407
Administração local:	138 509	149 870	169 473
Adm. regional autónoma	32 849	33 804	38 823
Adm. local autárquica	105 660	116 066	130 650

Gráfico 2.2 Estrutura do emprego público por níveis de administração pública em países da OCDE, 2005

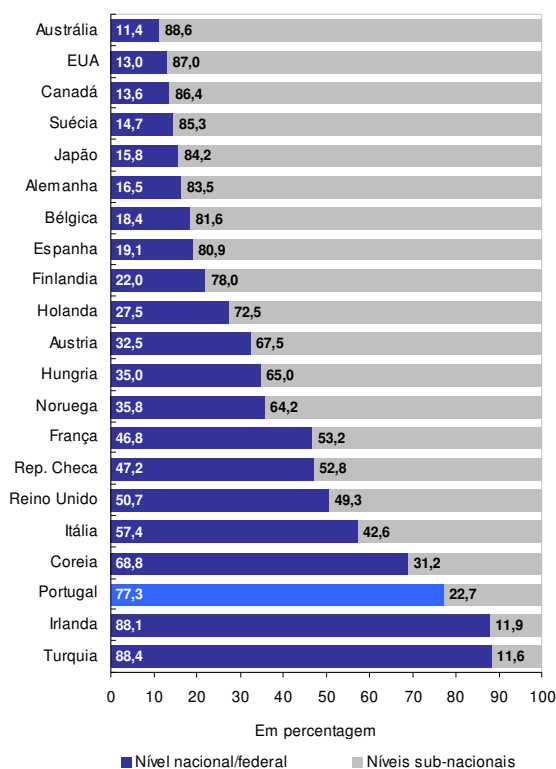
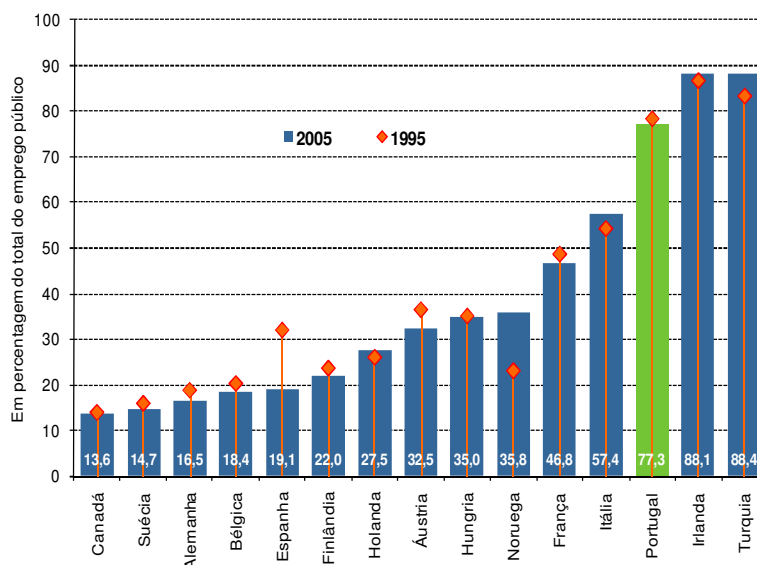


Gráfico 2.3 Evolução do peso do emprego na administração central/federal em relação ao emprego na administração pública total, em países da OCDE, 1995 e 2005



Fonte: OCDE (2009)



3. Indicadores de género e etários

Quadro 3.1 Emprego público por género, segundo o nível de administração

Unidade: postos de trabalho

Género	Nível de Administração	Distribuição do emprego público por género e nível de administração (N.º)				Contribuição para o crescimento (p.p.)			
		1986 (*)	1988 (*)	1996	1999	2005	1986-1996 (a)	1996-2005 (a)	1996-2005
Masculino	Administração central (AC)	141 724	140 952	203 080	230 635	226 013	-1,9	1,3	3,6
	Administração regional e local (AL)	64 949	66 758	87 950	90 454	90 697	2,3	0,6	0,4
	Administração pública (AP)	206 673	207 709	291 030	321 089	316 710	0,4	1,9	4,0
Feminino	Administração central (AC)	242 502	264 082	297 455	335 913	352 394	10,2	9,6	8,6
	Administração regional e local (AL)	14 924	13 576	50 559	59 416	78 776	3,2	4,1	4,4
	Administração pública (AP)	257 426	277 659	348 014	395 329	431 170	13,5	13,7	13,0
TOTAL	Administração central (AC)	384 226	405 034	500 535	566 548	578 407	8,3	10,9	12,2
	Administração regional e local (AL)	79 873	80 334	138 509	149 870	169 473	5,6	4,7	4,8
	Administração pública (AP)	464 099	485 368	639 044	716 418	747 880	13,9	15,6	17,0

(a) Não incluindo pessoal militar e militarizado e Adm. Regional

Estrutura do emprego público por género (%)

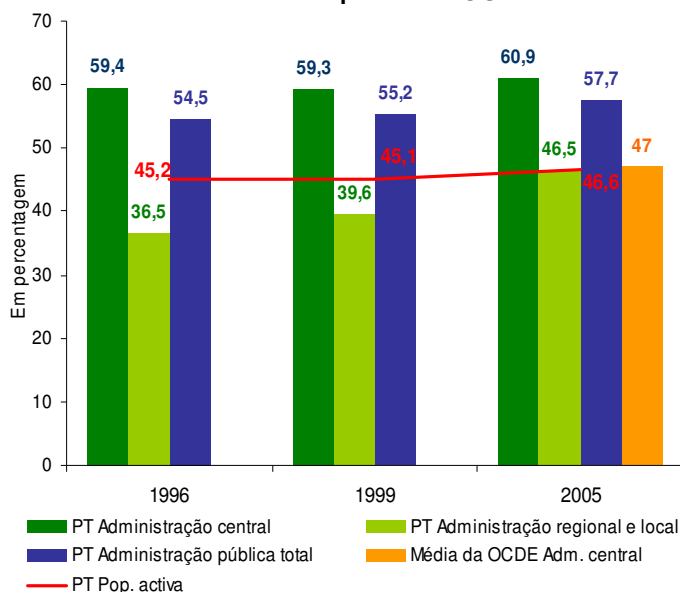
Género	Nível de Administração	1986 (*)	1988 (*)	1996	1999	2005
Masculino	Administração central (AC)	36,9	34,8	40,6	40,7	39,1
	Administração regional e local (AL)	81,3	83,1	63,5	60,4	53,5
	Administração pública (AP)	44,5	42,8	45,5	44,8	42,3
	População activa	58,8	57,7	54,8	54,9	53,4
Feminino	Administração central (AC)	63,1	65,2	59,4	59,3	60,9
	Administração regional e local (AL)	18,7	16,9	36,5	39,6	46,5
	Administração pública (AP)	55,5	57,2	54,5	55,2	57,7
	População activa	41,2	42,3	45,2	45,1	46,6

Notas: Dados de emprego incluindo prestações de serviços. (*) 1986 e 1988 estimativas a partir de Inquéritos, não incluindo pessoal militar e militarizado, nem emprego nas Regiões Autónomas (ver Notas Técnicas).

p.p. = pontos percentuais

Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; Amorim (1997); RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Gráfico 3.1 Taxa de feminização do emprego público, em comparação com a da população activa e a média nos países da OCDE



Fontes: DGAEP-OBSEP; INE; OCDE; RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005

O crescimento do emprego feminino representou 76,4% do crescimento do emprego público ocorrido na década de 1996-2005 (17,0%).

Retirando o pessoal militar e militarizado, para efeitos de comparação com a década anterior, a contribuição feminina (13,7 p.p.) representou 87,8% do crescimento do emprego civil (15,6%), ainda assim inferior aos 97% registados entre 1986 e 1996 (Quadro 3.1).

O maior aumento relativo do emprego feminino registou-se a nível das administrações sub-nacionais, em resultado, por um lado, da necessidade crescente de um maior recrutamento de pessoal técnico superior e, por outro, da estrutura por género dos recém-licenciados. Nestes níveis da administração regional e local, a taxa de feminização assinalou, na última década, um acréscimo de 10 p.p., atingindo valores semelhantes aos registados pela população activa total (46,6%).

Em 2005, a taxa de feminização na administração central ultrapassava os 60%, bastante acima dos 47% da média dos países da OCDE (Gráfico 3.1).



Quadro 3.2 Emprego com menos de 30 anos e com mais de 50 anos e idade média dos trabalhadores, por níveis de administração, 1996 e 2005

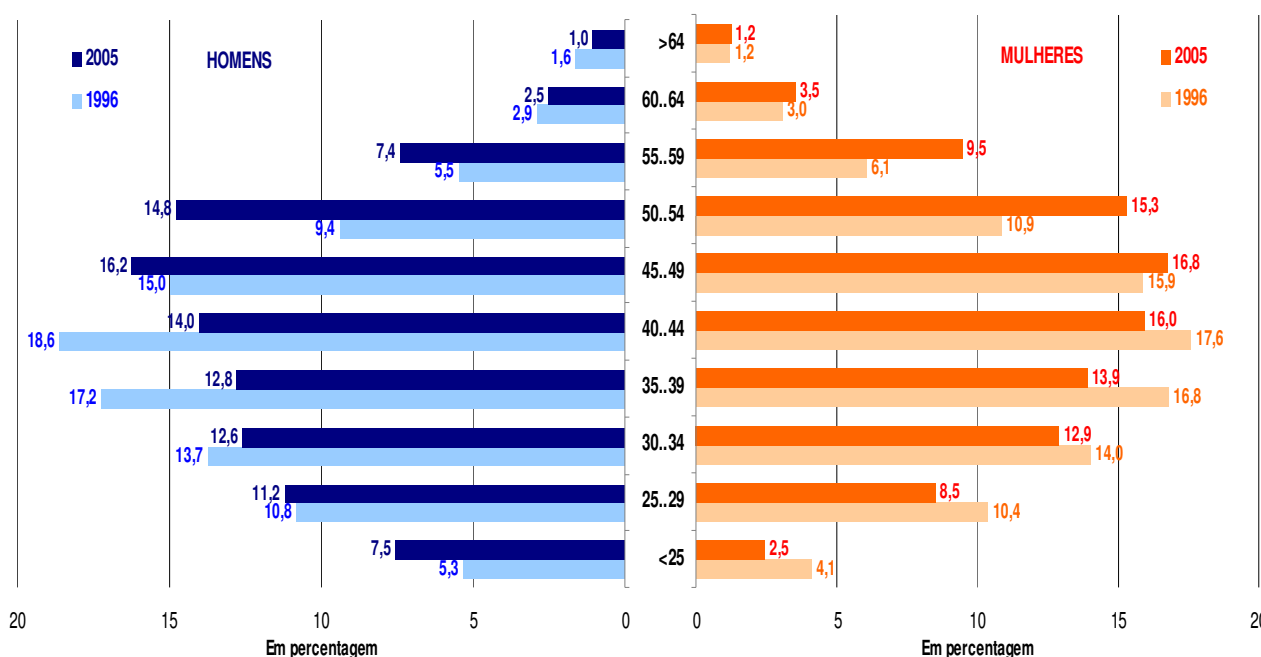
Género	Nível de Administração	Percentagem em relação ao total por género				Unidade: Idade/anos	
		Com menos de 30 anos		Com 50 e mais anos		Idade média	
		1996	2005	1996	2005	1996	2005
Masculino	Administração central (AC)	16,1	18,7	19,3	25,7	40,6	41,0
	Administração regional e local (AL)	11,0	11,3	25,7	31,7	42,4	43,4
	Administração pública (AP)	14,6	17,5	21,3	26,5	41,2	41,5
	População activa	27,7	23,5	25,8	27,5	39,7	41,0
Feminino	Administração central (AC)	14,5	11,0	21,2	29,5	41,1	43,0
	Administração regional e local (AL)	19,5	17,9	14,8	17,2	38,4	40,0
	Administração pública (AP)	15,2	11,9	20,3	28,0	40,7	42,6
	População activa	28,7	23,3	22,0	26,0	38,8	40,7
TOTAL	Administração central (AC)	15,2	14,0	20,4	28,0	40,9	42,3
	Administração regional e local (AL)	14,1	15,2	21,7	26,0	40,9	41,7
	Administração pública (AP)	14,9	14,2	20,7	27,4	40,9	42,2
	População activa	28,1	23,4	24,1	26,8	39,3	40,9

Nota: 1996: estrutura etária não disponível para Juntas de Freguesia da RAM; 2005: não inclui magistrados.
Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); BDAP 2005.

Em 2005, não ia além dos 14,2% o peso dos trabalhadores da AP com menos de 30 anos de idade, contra 23,4% registado pelo total da população activa. No mesmo ano, os trabalhadores na faixa etária de 50 e mais anos representavam 27,4% do emprego público, acima do mesmo indicador para a população activa (26,8%), sendo a idade média na AP também superior (42 anos) - Quadro 3.2.

Através da pirâmide etária da administração central observa-se que o escalão etário com maior frequência passou, para os trabalhadores de ambos os géneros, dos 40-44 anos em 1996, para os 45-49 anos em 2005.

Gráfico 3.2 Pirâmide dos escalões etários dos trabalhadores da administração central, 1996 e 2005



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); BDAP 2005.



4. Emprego na administração central por grandes áreas funcionais

Quadro 4.1 Emprego na administração central por grandes áreas funcionais, 1996, 1999 e 2005

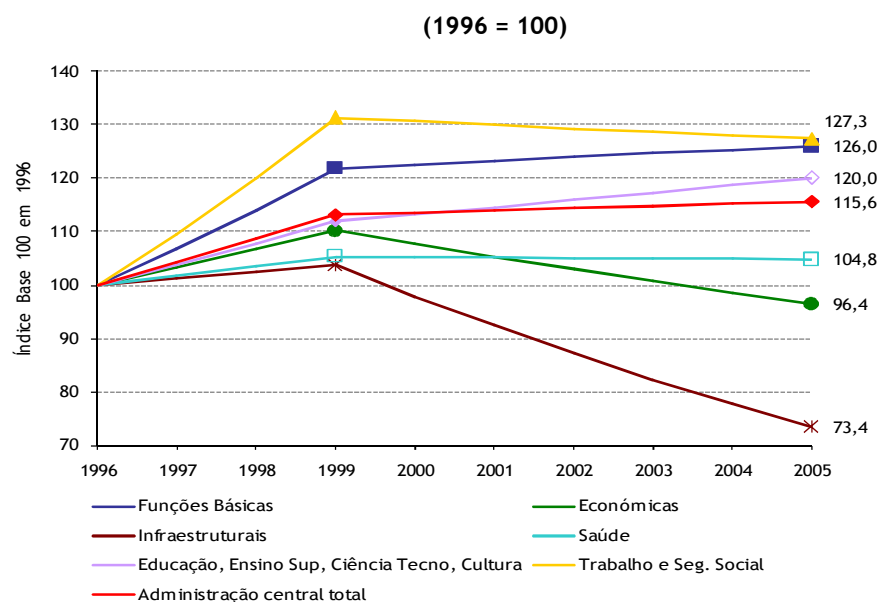
	1996		1999		2005		Taxa de variação nos períodos (%)			Taxa média de crescimento anual nos períodos (%)		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	1996-2005 (9 anos)	1996-1999 (3 anos)	1999-2005 (6 anos)	1996-2005 (9 anos)	1996-1999 (3 anos)	1999-2005 (6 anos)
Funções Básicas	114 150	22,8	139 066	24,5	143 851	24,9	26,0	21,8	3,4	2,6	6,8	1,1
das quais: Defesa Nacional	36 063	7,2	51 622	9,1	49 884	8,6	38,3	43,1	-3,4	3,7	12,7	-1,1
Administração Interna	46 351	9,3	50 896	9,0	54 077	9,3	16,7	9,8	6,3	1,7	3,2	2,0
Funções Económicas	34 641	6,9	38 146	6,7	33 393	5,8	-3,6	10,1	-12,5	-0,4	3,3	-4,3
Funções Infraestruturais	12 327	2,5	12 775	2,3	9 047	1,6	-26,6	3,6	-29,2	-3,4	1,2	-10,9
Funções Sócio-culturais	339 417	67,8	376 561	66,5	392 116	67,8	15,5	10,9	4,1	1,6	3,5	1,4
das quais: Saúde	109 721	21,9	115 590	20,4	114 980	19,9	4,8	5,3	-0,5	0,5	1,8	-0,2
Educação, Ensino Superior, Ciência Tecno., e Cultura	208 911	41,7	233 691	41,2	250 667	43,3	20,0	11,9	7,3	2,0	3,8	2,4
Trabalho e Segurança Social	20 785	4,2	27 280	4,8	26 469	4,6	27,3	31,2	-3,0	2,7	9,5	-1,0
Administração central	500 535	100,0	566 548	100,0	578 407	100,0	15,6	13,2	2,1	1,6	4,2	0,7

Nota: Dados de emprego incluindo prestações de serviços.

Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Numa perspectiva de grandes áreas funcionais, foram as áreas básicas e sócio-culturais as que mais contribuíram para o crescimento do emprego público no período 1996-2005, com especial relevância para as subáreas da Defesa Nacional e Administração Interna, e da Educação, Ensino Superior (...) e Trabalho e Segurança Social. As áreas infraestruturais e económicas viram diminuir o número de trabalhadores e os respectivos pesos numa estrutura que se tem mantido relativamente estável, ao longo dos anos (Quadro 4.1 e Gráficos 4.1 a 4.4).

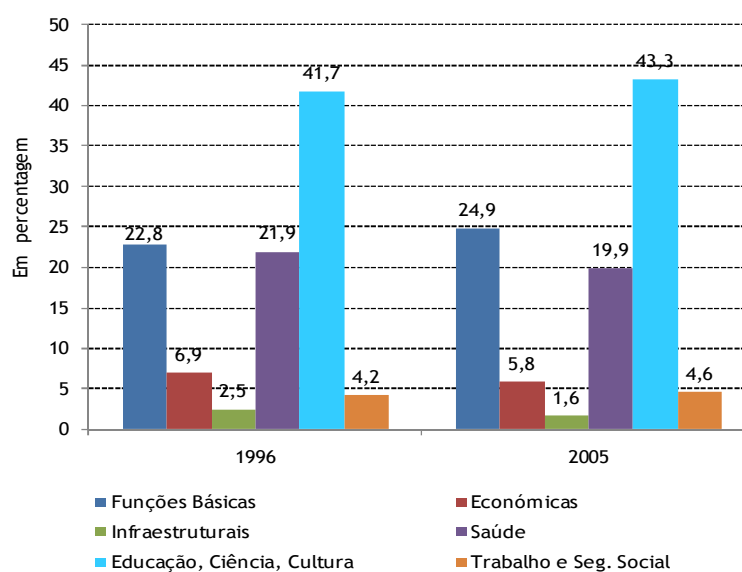
Gráfico 4.1 Evolução do emprego da AC por grandes áreas funcionais (1996, 1999, 2005)



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

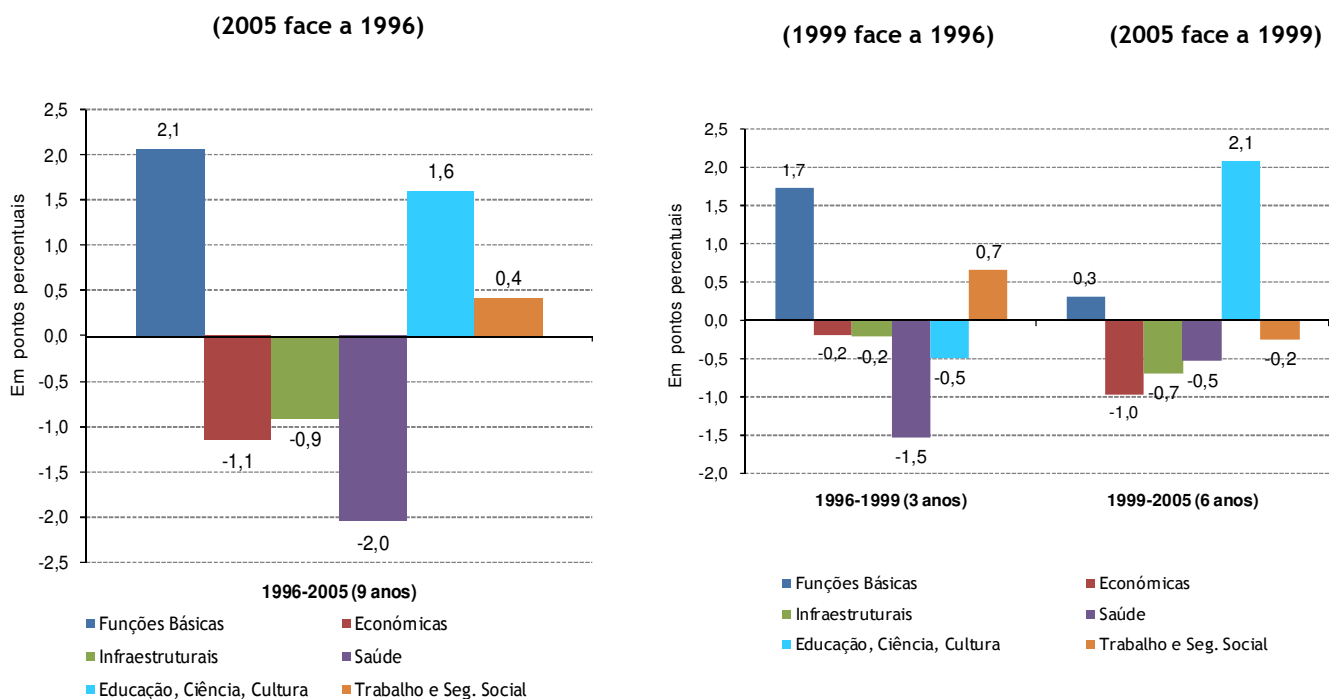
Nota: Classificação dos ministérios por áreas funcionais, de acordo com a tipologia BEIS (ver Classificações): Funções Básicas - MNE, MAI, MJ, MDN, PCM; Funções Económicas - MADRP, MFAP, MEI; Funções Infraestruturais - MOPTC, MAOTDR; Funções Sócio-Culturais - MS, ME, MCTES, MTSS, MC

Gráfico 4.2 Estrutura do emprego na administração central por grandes áreas funcionais, 1996 e 2005



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); BDAP 2005.

Gráficos 4.3 e 4.4 Variação da estrutura do emprego na AC por grandes áreas funcionais



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.



5. Estrutura profissional na administração central

Quadro 5.1 Emprego na administração central por carreiras e profissões

Unidade: postos de trabalho

Cargos / Carreiras / Profissões	Emprego na AC (a)	Funcionários e Agentes na AC (b)			
		1999	2005	Variação 1999-2005	
				N.º	%
Dirigente	5 972	6 253	6 967	714	11,4
Técnico Superior e Técnico	21 572	27 707	22 760	-4 947	-17,9
Informático	2 378	2 275	2 855	580	25,5
Pessoal de Investigação	2 288	3 326	1 022	-2 304	-69,3
Magistrado	2 413	2 620	3 434	814	31,1
Pessoal da Justiça	12 280	13 400	20 837	7 437	55,5
Diplomata	507	453	518	65	14,3
Médico	24 360	20 501	20 644	143	0,7
Enfermeiro	29 786	28 461	29 277	816	2,9
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6 030	5 596	6 357	761	13,6
Doc. Ens. Universitário	11 472	12 107	13 090	983	8,1
Doc. Ens. Sup. Politécnico	4 291	5 670	8 046	2 376	41,9
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secund.	129 585	141 547	142 069	522	0,4
Administração Tributária e Aduaneira	3 800	n.d.	7 858	n.d.	n.d.
Forças Armadas e Forças de Segurança	74 282	84 937	76 030	-8 907	-10,5
Téc. Profissional e Administrativo	73 248	65 359	56 920	-8 439	-12,9
Auxiliar e Operário	79 389	83 015	66 784	-16 231	-19,6
Outro Pessoal (c)	16 882	615	11 484	10 869	-
Total	500 535	503 842	496 952	-6 890	-1,4

Notas: (a) 1996 dados para o emprego total da administração central, independentemente da modalidade de vinculação; inclui prestações de serviços, não sendo possível deduzi-las. (b) Funcionários e agentes incluem nomeados e contratos administrativos de provimento, no conceito anterior à LVCR; as fontes relativas a 1999 e 2005 não incluem a caracterização de carreira / grupo profissional dos contratos individuais de trabalho, no conceito vigente até 31 de Dezembro de 2008 (ver Glossário de termos estatísticos em uso nas publicações do OBSEP). (c) Inclui desconhecidos

n.d. = não disponível

Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.

Quadro 5.2 Estrutura do emprego na AC por carreiras e profissões

Unidade: em percentagem

Cargos / Carreiras / Profissões	Emprego na AC (a)	Funcionários e Agentes na AC (b)		
		1999	2005	Var. p.p. 1999-2005
Dirigente	1,2	1,2	1,4	0,2
Técnico Superior e Técnico	4,9	6,2	4,9	-1,4
Pessoal da Justiça	2,9	3,2	4,9	1,7
Pessoal de Saúde	12,0	10,8	11,3	0,5
Pessoal Docente	29,0	31,6	32,8	1,2
Adm. Tributária e Aduaneira	0,8	n.d.	1,6	n.d.
Forças Armadas e de Segurança	14,8	16,9	15,3	-1,6
Informático	0,5	0,5	0,6	0,1
T. Profissional e Administrativo	14,6	13,0	11,5	-1,5
Auxiliar e Operário	19,2	16,6	15,7	-0,8
Total	100,0	100,0	100,0	-

Notas: Ver Notas Quadro 5.1

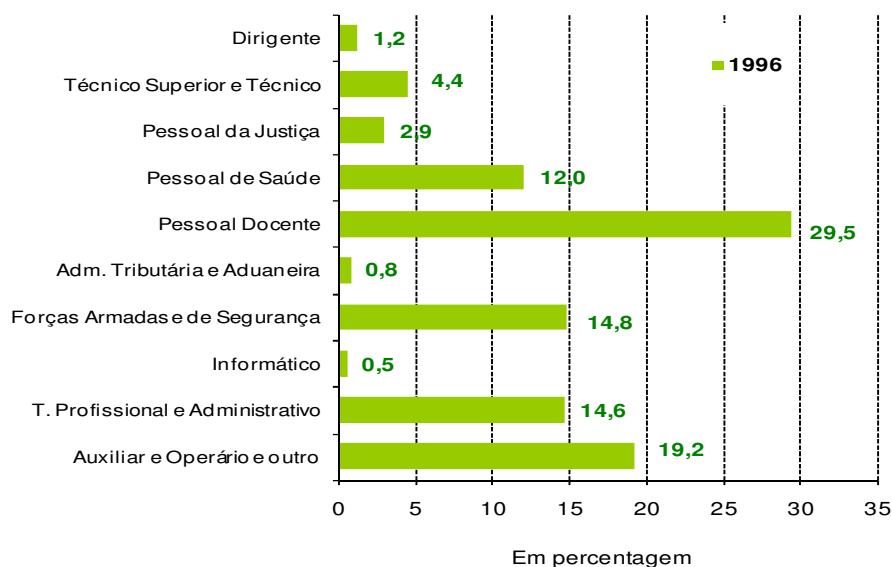
Var. p.p. = variação em pontos percentuais n.d. = não disponível

Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); RGFP/99; BDAP 2005.



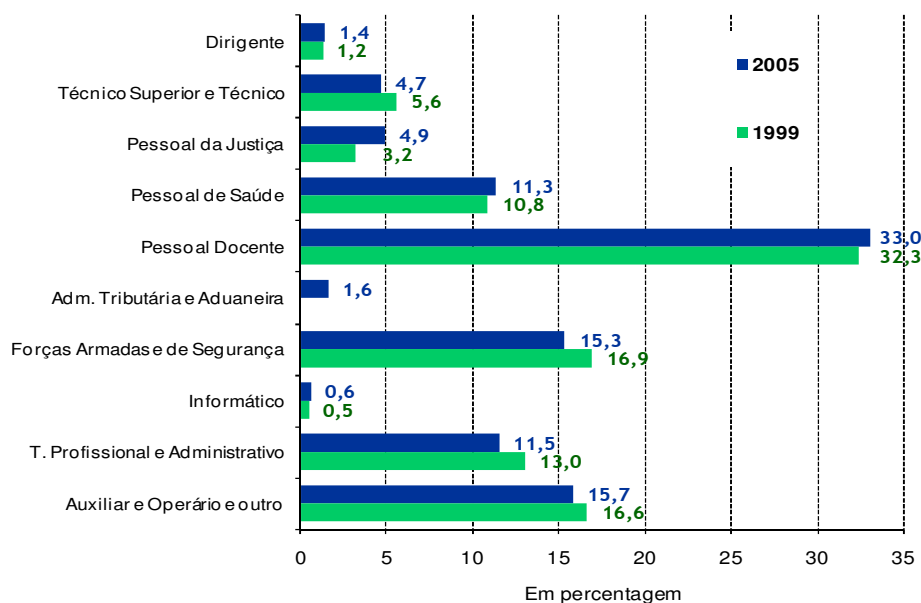
Ao longo dos últimos anos, tem-se mantido estável a estrutura profissional dos trabalhadores da administração directa e indirecta do Estado, apesar de se ter registado uma significativa diminuição, quer em termos absolutos, quer relativos, dos trabalhadores inseridos em grupos de pessoal técnico-profissional e administrativo e de pessoal operário e auxiliar, em particular no universo dos funcionários públicos e agentes (*).

Gráfico 5.1 Estrutura do emprego na AC por carreiras e profissões, 1996



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96

Gráfico 5.2 Estrutura de carreiras e profissões dos funcionários e agentes da AC, 1999 e 2005



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/99; BDAP 2005

(*) Funcionários e agentes: designação de conjunto de trabalhadores com relação jurídica de emprego público titulada por nomeação ou contrato administrativo de provimento, modalidades de vinculação anteriores à LVCR (até 31.12.08) - ver *Glossário de Termos Estatísticos em uso nas publicações do OBSEP* em www.dgaep.gov.pt

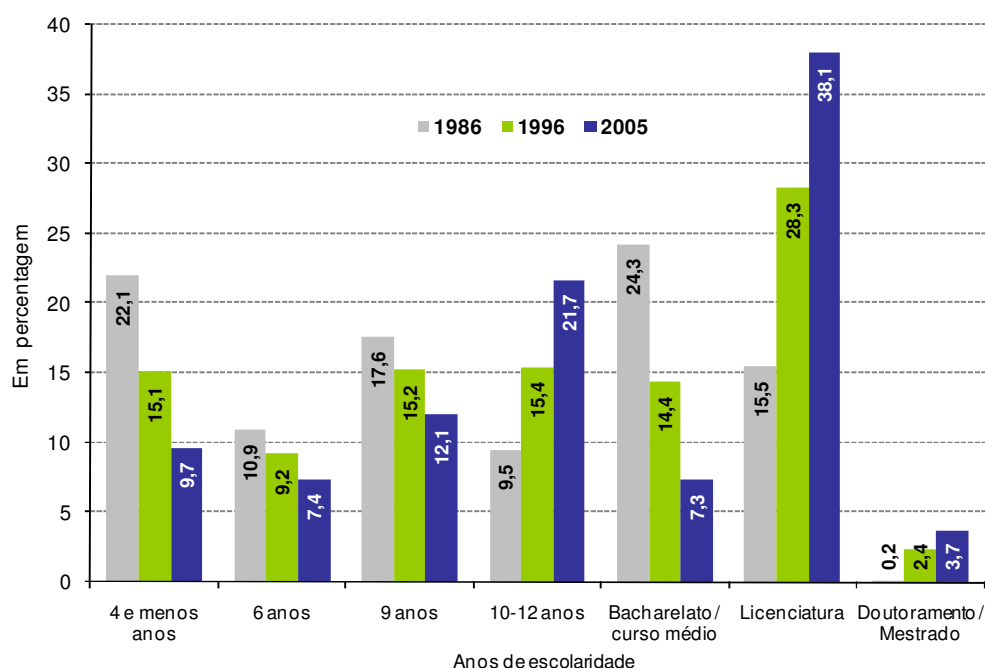


6. Estrutura habilitacional na administração central

Traduzindo uma melhoria de qualidade das políticas de recrutamento operadas pelos diversos serviços, ao longo dos anos, em resposta a uma crescente exigência de eficiência e eficácia dos serviços públicos, constata-se, através da evolução sofrida pela estrutura habilitacional dos trabalhadores, um notório aumento de tecnicidade das administrações públicas.

Na administração central, assinala-se, no período de 1996 a 2005, uma quebra de quase 24% de trabalhadores com 4 ou menos anos de escolaridade, registando-se, em simultâneo, um acréscimo de 63% de trabalhadores com grau de licenciatura ou superior (Gráfico e Quadro 6.1).

Gráfico 6.1 Estrutura habilitacional dos trabalhadores da administração central



Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; RGFP/96; RHRAM (1996); BDAP 2005.

Quadro 6.1 Distribuição, estrutura e variação dos níveis habilitacionais na AC (%)

Anos de escolaridade / habilitações	Distribuição por níveis habilitacionais (N.º)			Estrutura habilitacional (%)			Variação dos níveis habilitacionais (%)	
	1986	1996	2005	1986	1996	2005	1986-1996	1996-2005
4 e menos anos	84 729	72 149	55 145	22,1	15,1	9,7	-14,8	-23,6
6 anos	41 934	43 824	42 264	10,9	9,2	7,4	4,5	-3,6
9 anos	67 677	72 598	68 981	17,6	15,2	12,1	7,3	-5,0
10-12 anos	36 476	73 707	123 918	9,5	15,4	21,7	102,1	68,1
Bacharelato / curso médio	93 320	68 920	41 861	24,3	14,4	7,3	-26,1	-39,3
Licenciatura	59 421	135 051	217 387	15,5	28,3	38,1	127,3	61,0
Doutoramento / Mestrado	669	11 268	21 376	0,2	2,4	3,7	-	89,7
Subtotal	384 226	477 517	570 932	100,0	100,0	100,0		
Desconhecidos	222	23 018	7 475					
Total	384 448	500 535	578 407					

Fontes: DGAEP-OBSEP; IRHFP/86; RGFP/96; RHRAM (1996); BDAP 2005



7. Administração autárquica

Observação: Considerando a fraca cobertura na BDAP 2005 do emprego nas Câmaras Municipais (ver Notas Técnicas), optou-se por utilizar os dados extraídos dos respectivos Balanços Sociais, referidos a 31 de Dezembro de 2007, uma vez que constitui a fonte com referência a data mais próxima do final da década em apreço, com uma cobertura de 100%.

O emprego nas Câmaras Municipais, entre os anos 1996 e 2007, registou uma evolução positiva de 40,7%. Neste período a taxa de feminização passou de 27,8% em 1996 para 42,4% em 2007, representando um crescimento deste indicador na ordem dos 52,4% (Quadro 7.1).

Inseridas na administração autárquica, tradicionalmente o sector da administração mais envelhecido, o emprego nas Câmaras Municipais denota alguns sinais de rejuvenescimento indiciado pelo aumento significativo do número de postos de trabalho no escalão com menos de 30 anos: em 2007 mais 44% do que em 1996, em particular de emprego feminino (mais 94,2% do que 1996) (Quadro 7.2 e Gráfico 7.1).

Quadro 7.1 Emprego nas Câmaras Municipais por género, 1996 e 2007

	Postos de trabalho (N.º)		Variação 1996-2007		Estrutura de género (%)	
	1996	2007	Nº	%	1996	2007
Emprego por género						
Homens	63 914	71 740	7 826	12,2	72,2	57,6
Mulheres	24 633	52 807	28 174	114,4	27,8	42,4
Total nas Câmaras Municipais	88 547	124 547	36 000	40,7	100,0	100,0

Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP 1996; RHRAM (1996); Balanços Sociais das C M 2007; DGAL

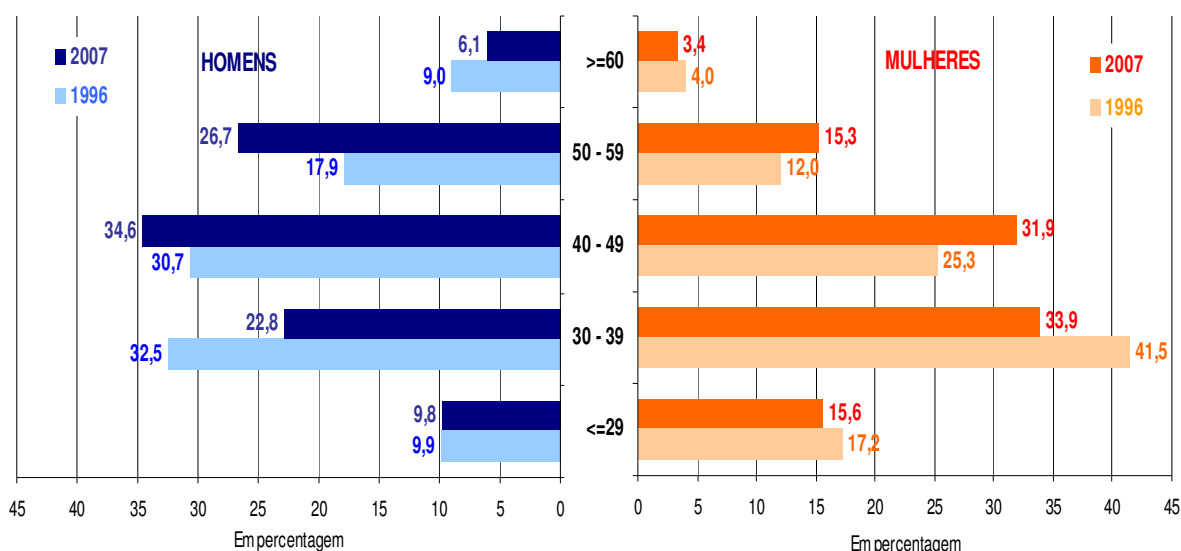
Quadro 7.2 Emprego nas Câmaras Municipais por escalões etários segundo o género, 1996 e 2007

Unidade: postos de trabalho

Escalões etários	1996			2007			Variação (N.º)			Variação (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
<=29	6 340	4 235	10 575	7 008	8 223	15 231	668	3 988	4 656	10,5	94,2	44,0
30 - 39	20 755	10 220	30 975	16 388	17 903	34 291	-4 367	7 683	3 316	-21,0	75,2	10,7
40 - 49	19 621	6 233	25 854	24 849	16 845	41 694	5 228	10 612	15 840	26,6	170,3	61,3
50 - 59	11 431	2 967	14 398	19 144	8 060	27 204	7 713	5 093	12 806	67,5	171,7	88,9
>=60	5 767	978	6 745	4 351	1 776	6 127	-1 416	798	-618	-24,6	81,6	-9,2
TOTAL	63 914	24 633	88 547	71 740	52 807	124 547	7 826	28 174	36 000	12,2	114,4	40,7

Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP 1996; RHRAM (1996); Balanços Sociais das C M 2007; DGAL

Gráfico 7.1 Pirâmide de escalões etários por género nas Câmaras Municipais, 1996 e 2007



Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP 1996; RHRAM (1996); Balanços Sociais das C M 2007; DGAL



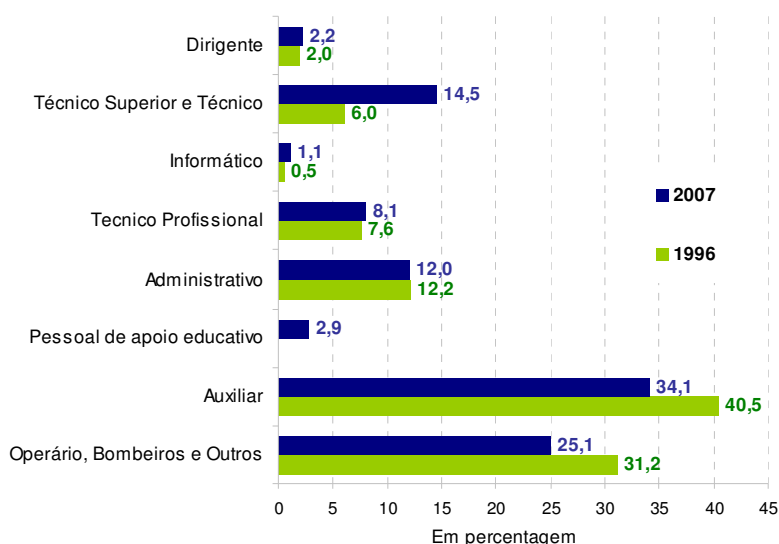
Quadro 7.3 Estrutura de emprego nas Câmaras Municipais, por carreiras e profissões, 1996 e 2007

Unidade: postos de trabalho

Cargos / Carreiras / Profissões	Câmaras Municipais		Variação 1996-2007		Estrutura (%)	
	1996	2007	Nº	%	1996	2007
Dirigente	1 778	2 749	971	54,6	2,0	2,2
Técnico Superior e Técnico	5 344	18 085	12 741	238,4	6,0	14,5
Informático	447	1 346	899	201,1	0,5	1,1
Técnico Profissional	6 742	10 087	3 345	49,6	7,6	8,1
Administrativo	10 834	15 007	4 173	38,5	12,2	12,0
Pessoal de apoio educativo	-	3 607	3 607	-	-	2,9
Auxiliar	35 819	42 427	6 608	18,4	40,5	34,1
Operário, Bombeiros e Outros	27 583	31 239	3 656	13,3	31,2	25,1
Total	88 547	124 547	36 000	40,7	100,0	100,0

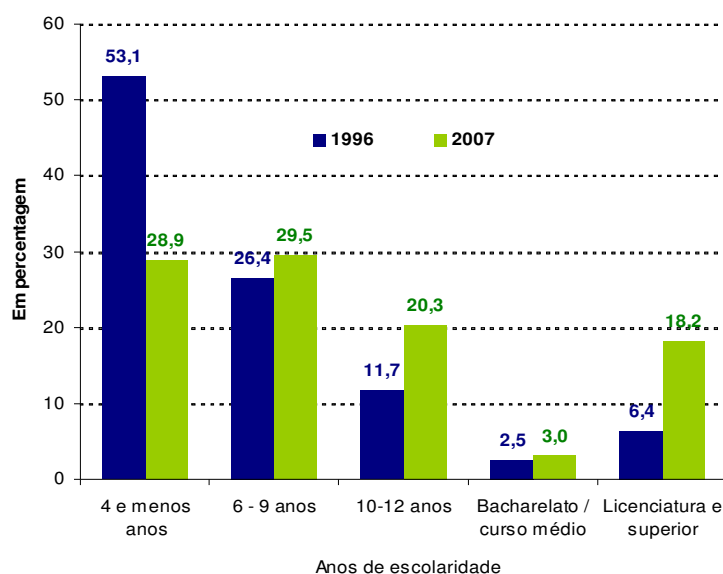
Fontes: DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); Balanços Sociais das C M 2007; DGAL

Gráfico 7.2 Estrutura de carreiras e profissões nas Câmaras Municipais, 1996 e 2007



Acompanhando a tendência registada a nível do total da administração, assistiu-se, na última década, a uma diminuição significativa do peso das carreiras de menor grau de complexidade nas Câmaras Municipais. Os trabalhadores inseridos em carreiras de pessoal operário e auxiliar detinham, em 1996, um peso de 71,7% no emprego destes órgãos autárquicos, passando, em 2007, para 59,2% (Quadro 7.3 e Gráfico 7.2).

Gráfico 7.3 Estrutura habilitacional nas Câmaras Municipais, 1996 e 2007



A evolução da estrutura habilitacional é disso reflexo. Com mais de metade dos trabalhadores (53,1%) a registarem, em 1996, um nível de 4 ou menos anos de escolaridade, assinala-se, no último ano do período considerado (2007), um forte acréscimo da taxa de tecnicidade, visível em particular no aumento do número de trabalhadores com o ensino secundário e com os graus de licenciatura ou superior: mais 8,6 p.p. e 11,8 p.p., respectivamente (Gráfico 7.3).

Fontes (Graf. 7.2 e 7.3): DGAEP-OBSEP; RGFP/96; RHRAM (1996); Balanços Sociais das C M 2007; DGAL



8. Notas técnicas

CONCEITOS

Ver conceitos no *Glossário de Termos Estatísticos em uso nas publicações do OBSEP*, disponível na página da DGAEP (www.dgaep.gov.pt).

NOTAS TÉCNICAS SOBRE FONTES

1986

Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública (IRHFP/86), DGAP, Secretaria de Estado do Orçamento, Lisboa, 1989

Data de referência: 31 de Dezembro de 1986

- Administração Central: não inclui Magistratura Judicial e Ministério Público; Forças Militares e Militarizadas; Bombeiros, servidores civis do Ministério da Defesa Nacional não subordinados ao regime da função pública, e contratados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 280/85, de 22 de Julho;
- Administração Local Autárquica: inclui câmaras municipais, serviços municipalizados e federações de municípios. O volume de informação representa 67% do universo abrangido no Inquérito Prévio aos Serviços e Organismos do Estado. Não inclui autarquias das Regiões Autónomas.
- Não inclui Administração Regional.

1988 e 1991

Administração Pública em números, DGAP, Lisboa, 1992

Data de referência: 31 de Dezembro de 1988 e de 1991

- Administração Central: não inclui Magistratura Judicial e Ministério Público; Forças Militares e Militarizadas; Bombeiros, servidores civis do Ministério da Defesa Nacional não subordinados ao regime da função pública, e contratados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 280/85, de 22 de Julho;
- Administração Local Autárquica: inclui câmaras municipais, serviços municipalizados e federações de municípios. Não inclui autarquias das Regiões Autónomas.
- Não inclui Administração Regional.

Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública (IRHFP/91), DGAP, Lisboa, 1995

AMORIM (1997), Rui Pessoa de, *O Emprego Público: antecipar a mudança, gerir a transição*, INA, Lisboa, Agosto de 1997.

1996

A Administração Pública em Números: 1.º Recenseamento Geral da Função Pública (RGFP/96), Volumes I e II, Instituto de Gestão da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública (IGDAP), Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, Lisboa, 1999

Data de referência: 1 de Outubro de 1996

- Administração Central: não inclui trabalhadores com contrato individual de trabalho, os 1430 Funcionários Públicos do IEFP que estavam em comissão de serviço em contratos individuais de trabalho, os trabalhadores com prestações de serviços do Tribunal de Contas, e os trabalhadores do SIS. Inclui contratos a termo e prestações de serviços. A partir de 1996, foram incluídos os dados sobre as Forças de Segurança e as Forças Armadas.
- Administração Local Autárquica: inclui contratos a termo e prestações de serviços.
- Inclui a Administração Regional dos Açores. Não inclui a Administração Regional da Madeira. Inclui contratos a termo e prestações de serviços.

Recursos Humanos na Administração Regional Autónoma e na Administração Local da Madeira, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional do Plano e da Coordenação, 2.ª Edição, Maio de 1998

Data de referência: 1 de Outubro de 1996

- Não inclui: dados relativos aos serviços da administração periférica do Estado na Região Autónoma da Madeira, à Universidade da Madeira e à Escola Superior de Enfermagem. Inclui contratos a termo e prestações de serviços.



1999

A Administração Pública em Números: 2.º Recenseamento Geral da Administração Pública (RGFP/99), Instituto de Gestão da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública (IGDAP), Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, 2001.

Data de referência: 31 de Dezembro de 1999

- Inclui Administração Central e Administração Local Autárquica e Regional

2005

Base de Dados da Administração Pública - DGAEP (2005)

Data de referência: 31 de Dezembro de 2005

- Administração Central: inclui Serviços de apoio a Órgãos de Soberania e Entidades Independentes; Administração Directa e Indirecta do Estado
- Administração Local Autárquica: no universo de 130 650 empregos neste subsector, de acordo com a DGAL, apenas disponibilizaram informação na BDAP 63% das Câmaras Municipais, 16,4% dos Serviços Municipalizados e 1,3% das Juntas de Freguesia. O universo indicado pela DGAL foi o considerado para a análise da Administração Pública total, no âmbito desta publicação. Para análise da evolução das características de emprego nas Câmaras Municipais, na década em apreço, utilizou-se como fonte os dados extraídos dos respectivos Balanços Sociais, referidos a 31 de Dezembro de 2007, essencialmente fornecidos pela DGAL.
- Administração Regional: abrange todas as entidades públicas da Administração Regional Autónoma dos Açores e da Administração Regional Autónoma da Madeira.

Caracterização dos Recursos Humanos da Administração Pública Portuguesa 2005, DGAEP, MFAP, 1.ª Edição, Lisboa, Maio 2008 (disponível em: www.dgaep.gov.pt)

Outras fontes

OCDE (2009), Base de Dados da OCDE (OECD Stat Extracts). Hiperligação: <http://stats.oecd.org/index.aspx>

Eurostat (2009), Base de Dados do Eurostat. Hiperligação:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database

INE (2009), Base de Dados INE. Hiperligação:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpcid=ine_base_dados&menuBOUI=13707095&contexto=bd&selTab=tab2

CLASSIFICAÇÕES

Tipologia BEIS (Basic, Economy, Infrastructure, Socio-cultural) – um sistema de classificação para as funções da administração central, utilizado para categorizar gabinetes de ministros e ministérios e os respectivos recursos humanos. A tipologia BEIS consiste em quatro categorias diferentes: funções básicas, económicas, infraestruturais e sócio-culturais - ver *Glossário de termos estatísticos em uso nas publicações do OBSEP* em www.dgaep.gov.pt. (Fonte: EUROSTAT)